



Psicologia USP

ISSN: 0103-6564

revpsico@usp.br

Instituto de Psicologia

Brasil

Furlan, Reinaldo

Reflexões sobre o método nas ciências humanas: quantitativo ou qualitativo, teorias e
ideologias

Psicologia USP, vol. 28, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 83-92

Instituto de Psicologia

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305150432009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Reflexões sobre o método nas ciências humanas: quantitativo ou qualitativo, teorias e ideologias¹

Reinaldo Furlan*

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia e Educação.
Ribeirão Preto, SP, Brasil

Resumo: O objetivo deste ensaio é desconstruir os termos “quantitativo” e “qualitativo” usados para caracterizar o método de pesquisa científica, ou tentar desfazer o que nos parece um equívoco: a denominação e divisão de método quantitativo ou qualitativo de pesquisa, que para nós mistifica e empobrece a concepção de conhecimento ou ciência. Há muitas questões metodológicas, tão plurais, conflitantes ou não, conforme o sentido da realidade investigada, que, afinal, é o que tem que ser discutido, do princípio ao fim da pesquisa. Atrelaremos a essa discussão a designação teórica ou ideológica de “método”, que para nós representa outra versão do mesmo problema. Para alcançar esse objetivo, discutiremos determinada imagem de ciência e concepção de pensamento.

Palavras-chave: metodologias, ciência, ciências humanas, pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa.

Introdução

Este ensaio tem um objetivo polêmico, sobretudo porque se opõe ao que nos parece um quadro estabelecido em parte das ciências humanas, em particular na psicologia: a divisão entre método quantitativo e qualitativo de pesquisa. E se não tem a pretensão de um *Contra o método* (Feyerabend, 1977)² é porque seu objetivo e alcance são bem mais modestos, a saber, apenas o de recuar as grandes sistematizações metodológicas, entre as quais essa divisão entre quantitativo e qualitativo, para questões metodológicas tão variadas e desafiadoras quanto o são nossas questões empíricas de pesquisa.

Considerando esse objetivo, talvez seja pertinente afirmar o que este artigo não pretende fazer. O artigo não objetiva fazer uma arqueologia das ciências humanas, em particular da psicologia, para explicitar seus eventuais e atuais embaraços metodológicos, entre os quais destacamos a divisão entre métodos quantitativo e qualitativo

de pesquisa; nem apresentar, mesmo de forma sumária, diferentes concepções de racionalidade e quantificação nas ciências humanas, ou de experiências de laboratório na história da psicologia. Além de isso representar uma tarefa que ultrapassa em muito seus limites, e por mais interessante que isso tudo possa ser, não é essa a proposta deste artigo, que se situa num terreno que chamariam de mais democrático e pluralista em face de grandes determinações e recortes na história do pensamento científico.

Trata-se, apenas, de desconstruir os termos “quantitativo” e “qualitativo” usados para determinar o método científico, com o intuito de fortalecer a liberdade de pensamento e o *foco ou rigor na discussão do que interessa*, que são os problemas que animam a ciência e os procedimentos usados para seus encaminhamentos, dos quais a quantificação pode fazer parte, mas não com status de identificação de método, que é da ordem da imaginação e justificação do experimento, ou da articulação e justificação dos dados empíricos da pesquisa. O método é uma *atividade crítica* da ciência, e não uma receita geral ou técnica de pesquisa, como esperamos deixar claro a seguir.

Atrelaremos a essa discussão a designação teórica ou ideológica de método, que para nós representa uma outra versão do mesmo problema.

Trata-se, pois, de combater ou tentar desfazer o que nos parece um equívoco: a denominação de método quantitativo ou qualitativo de pesquisa, que consideramos que mistifica a concepção de conhecimento ou ciência. Ao contrário, queremos enfatizar que há muitas questões metodológicas, tão plurais e conflitantes ou concordantes, conforme o sentido da realidade investigada. É assim que assistimos à apresentação de um método em Wallon, Vygotski, Piaget, Saussure, Lévi-Strauss, Marx, Freud, Durkheim etc., a par com suas concepções ou perspectivas da realidade estudada. Método e teoria, portanto,

1 Informações sobre financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), proc. 2014/17192-2.

* Endereço para correspondência: reinaldof@ffclrp.usp.br

2 Feyerabend (1977) é um dos grandes filósofos da ciência no século XX. Ele defende o que chama de anarquismo metodológico, e vale frisar que a metodologia científica em sua discussão é a da física, talvez o modelo de ciência mais bem reconhecido entre nossas formas de saber. Para os nossos propósitos, ele diz: “verificamos que os princípios do racionalismo crítico (tomar os falseamentos a sério; aumentar o conteúdo; evitar hipóteses *ad hoc*; ‘ser honesto’ – signifique isso o que significar, e assim por diante) e, *a fortiori*, os princípios do empirismo lógico (ser preciso; apoiar a teoria em medições; evitar idéias vagas e imprecisas; e assim por diante) proporcionam inadequada explicação do passado desenvolvimento da ciência e são suscetíveis de prejudicar-lhe o desenvolvimento futuro. Proporcionam inadequada versão da ciência, porque esta é muito mais ‘fugidia’ e ‘irracional’ do que sua imagem metodológica” (p. 278). Para uma introdução bastante didática das discussões filosóficas sobre metodologia científica no século XX, cf. Chalmers, A. (2000).

construídos juntos numa investigação, e de maneira circular ou recíproca, de forma que um não existe sem o outro, ou de forma que não é possível separá-los, pois um método pressupõe uma questão e uma hipótese ou concepção de realidade. Assim, por exemplo, se Freud apregoa o método da livre associação de ideias em sua teoria da clínica como investigação da realidade psíquica, é porque pressupõe tal realidade através de determinados conceitos de inconsciente, censura ou defesa, e seu funcionamento primário e secundário, criados como hipóteses para responder a uma questão. E se nos primórdios da sua teoria Freud utilizava o método de hipnose, é porque também pressupunha tal realidade com um conteúdo inconsciente, mas não propriamente com o destaque dos mecanismos de defesa ou censura, o que significa que o próprio estatuto do conceito de inconsciente na teoria era outro. Mais precisamente, Freud passou a entender que a representação inconsciente decorria sobretudo de um conflito psíquico entre o desejo e a moral do indivíduo, e não mais, como antes supunha com Breuer, de sua vivência em estado hipnótico ou alterado de consciência, e a livre associação de ideias visava, justamente, contornar os mecanismos de censura aos conteúdos inconscientes, ou favorecer a vazão do funcionamento primário do psiquismo sob o domínio de suas elaborações secundárias ou conscientes, hipótese que lhe parecia responder melhor à questão investigada.

Ora, seria possível encontrar, sob a diversidade de todas as perspectivas teóricas e metodológicas na história das ciências humanas, duas perspectivas que as classificariam segundo o método qualitativo ou quantitativo de pesquisa? Ou, não é suficientemente significativo como não encontramos essas denominações de método em Marx, Freud, Piaget, Wallon, Vygotski, Lévi-Strauss, Max Weber, Durkheim e tantos outros clássicos das ciências humanas? Teria passado despercebido a todos eles esse aspecto que divide hoje as perspectivas metodológicas em qualitativas ou quantitativas? Tentaremos, através da discussão de uma imagem hipotética de ciência e de uma concepção de pensamento, avançar algumas hipóteses sobre os motivos dessa divisão.

Uma imagem de ciência

Vamos partir de uma imagem hipotética de ciência, tomando a física como modelo, para repensar a divisão entre método quantitativo ou qualitativo de pesquisa nas ciências humanas, que nos parece mais acentuada na psicologia. Nossa hipótese é que uma compreensão mais adequada do sentido das ciências naturais enquanto modelo de atividade científica, em particular essa inaugurada com a física moderna, pode ser operatória para a desconstrução da ideia de método quantitativo e, *pari passu*, de método qualitativo. Em outros termos, determinada imagem de ciência, cujo controle de variáveis não só é rigoroso, mas se expressa em fórmulas matemáticas – um conhecimento exato ou, quando probabilístico, que tem a exatidão como meta –, teria favorecido certa fetichização numérica. A saber, a ordem

natural das coisas, ou do fenômeno rigorosamente controlado e produzido, isto é, montado no laboratório segundo modelos inventados e, sobretudo, passíveis de réplica, pode passar a ideia de que o que distingue um conhecimento científico de um não científico é sua possibilidade de quantificação, e, *pari passu*, sua metodologia³, ponto principal de nossa discussão. Ora, cremos que é preciso ter com mais clareza algumas características distintivas desse tipo de conhecimento.

Antes de tudo, e em termos gerais, gostaríamos de ressaltar, ou mesmo lembrar, que a quantificação não basta para a formação de um conhecimento científico, nem é sua principal característica, pois é preciso explicar ou mostrar a ordem que concatena os dados quantitativos, o que torna possível falar em causa e efeito ou em condições necessárias iniciais e finais da experiência. Ou seja, sobretudo hoje, em tempos que nos parecem faltar reflexão, e em que a psicologia, mas não só ela, reduz-se cada vez mais à produção de dados em detrimento de sua análise crítica e, consequentemente, em prejuízo da própria teoria, não nos parece demais lembrar que a quantificação na ciência faz parte de um princípio explicativo ou comprehensivo do fenômeno. Em última instância, um número por si só não tem significado algum; um número só adquire significado num contexto analítico de sentido. Ora, a obviedade de tal tese, que não nos parece passível de controvérsia (ou não deveria ser), pode servir como ponto de apoio para o princípio de nossa discussão, pois a atividade que organizará a realização desse contexto analítico de sentido, do qual fará parte a quantificação, será justamente chamada de método da pesquisa.

Nesse sentido, gostaríamos de frisar, em primeiro lugar (lembremos que estamos tratando de uma imagem de ciências naturais), que a experiência criada e replicada em laboratórios é organizada por um modelo teórico de investigação que trabalha determinadas hipóteses sobre a realidade. Ou seja, não se trata de uma observação livre ou espontânea, porque ela é dirigida por determinadas questões e hipóteses sobre a realidade, e pode-se dizer que esse princípio que enfatiza o papel ativo e ordenador do pensamento na investigação científica é comum à maioria dos filósofos da ciência no século XX.

Por exemplo, é certo que Popper, contemporâneo da teoria da física da relatividade, tratou com o caráter provisório do saber científico, o que Kant, contemporâneo de Newton, acreditava passível apenas de aperfeiçoamento, e não de substituição ou refutação. Mas Kant (1781/1989) já dizia, antecipando-se a Popper (1963/1994), a esse respeito (também poderíamos citar a noção de paradigma, de Kuhn – 1962/2009), que a razão só aprende com a natureza

³ No sentido restrito do termo, “metodologia” é o estudo do método. Então, enquanto o método tem um caráter mais positivo ou determinado, a metodologia tem um caráter mais geral, que abstrai do método suas características essenciais. Para os fins deste artigo, não importa a distinção entre os termos “método” ou “metodologia”, nem mesmo a sua variação com o termo “pesquisa” (quantitativa ou qualitativa). O que nos interessa são os adjetivos “quantitativo” e “qualitativo” para designar o método, a metodologia ou a pesquisa, à luz do sentido da atividade científica.

forçando-a a responder a suas questões, segundo planos que se antepõem a ela. Diz Kant (1781/1989) no prefácio da *Critica da razão pura*:

Quando Galileu fez rolar no plano inclinado as esferas, com uma aceleração que ele próprio escolhera, quando Torricelli fez suportar pelo ar um peso, que antecipadamente sabia idêntico ao peso conhecido de uma coluna de água. . . foi uma iluminação para todos os físicos. Compreenderam que a razão só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos; que ela tem que tomar a dianteira com princípios, que determinam os seus juízos segundo leis constantes e deve forçar a natureza a responder às suas interrogações em vez de se deixar guiar por esta; de outro modo, as observações feitas ao acaso, realizadas sem plano prévio, não se ordenam segundo a lei necessária, que a razão procura e de que necessita. (p. 18)

Ou ainda,

A razão, tendo por um lado os seus princípios, únicos a poderem dar aos fenômenos concordantes a autoridade de leis e, por outro, a experimentação, que imaginou segundo esses princípios, deve ir ao encontro da natureza, para ser por esta ensinada, é certo, mas não na qualidade de aluno que aceita tudo o que o mestre afirma, antes na de juiz investido nas suas funções, que obriga as testemunhas a responder aos quesitos que lhes apresenta. (p. 18)

Apenas a título de esclarecimento (nossa propósito não é a apresentação da filosofia kantiana), entre os princípios que guiam a razão em seus juízos sobre a natureza, aos quais o autor se refere, encontra-se o determinismo, a concepção de que os fenômenos naturais se articulam segundo relações de necessidade, o que torna possível enunciá-las em leis. Trata-se do próprio conceito de “natureza”, fundado na modernidade. Mas, e é isso que mais nos interessa aqui, esse princípio não se aplica sem um plano, isto é, sem a imaginação e montagem de uma experimentação acerca de hipóteses sobre determinadas relações naturais, como nos exemplos citados de Galileu e Torricelli. Para a nossa questão, o mais importante nesses exemplos é justamente destacar a montagem do experimento, ou seja, o *método* para verificar a hipótese ou responder à questão do cientista perante a natureza, no qual a quantificação é *apenas* um dos seus elementos ou procedimentos.

Merleau-Ponty (1949-52/1988) é outro filósofo que também destaca esse papel do pensamento ativo e criativo na ciência. Também a ele não passaram despercebidos alguns dos principais pontos destacados por Kant sobre a atividade científica, quando diz:

Paradoxo da ciência: para compreender o concreto, é preciso, em certo sentido, dar-lhe as costas.

Galileu teve de reconstruir os dados dos sentidos por um procedimento intelectual. Quando, ao contrário, quer-se notar diretamente o fato (Aristóteles: a ligação natural dos corpos pesados) chega-se a abstrações. A ciência começa quando, ao invés de notar passivamente, reconstrói-se as aparências, dá-se modelos da realidade. (p. 486)

Note-se que Merleau-Ponty inverte a concepção comum sobre a diferença entre o abstrato e o concreto, justamente para destacar a importância que tem o modelo na reconstrução intelectual das aparências ou dos dados dos sentidos. A simples notação não leva ao conhecimento da realidade. O mais próximo, isto é, a aparência sensível, nesse caso se revela o mais distante do conhecimento da realidade; e o mais distante, por supor a criação de um modelo intelectual da realidade, isto é, a reconstrução dos dados dos sentidos, revela-se mais próximo do seu conhecimento.

Nesse sentido, Bachelard (1934/1985) usa o termo “fenomenotécnica” para destacar o caráter artificial da experimentação científica, isto é, que produz seu fenômeno a título de experimentação. E Latour e Woolgar (1979/1997), inclusive, destacam o quanto a simples presença de aparelhos técnicos num laboratório de pesquisa representa teorias reificadas usadas para a construção de novos fatos científicos. Isto é, são teorias incorporadas nesses aparelhos sem mais discussão, como se representassem a realidade, e usadas para a investigação de novos fenômenos de laboratório que levam, por sua vez, a novos fatos e materiais. Por exemplo, o telescópio usado por Galileu para observar o céu pressupunha o modelo teórico da física ótica nele presente – o que, aliás, suscitou muitas discussões na época – e levou à descoberta de novos fenômenos celestes (Furlan, 2008). De tal forma que a ciência passa a ser, assim, o modelo de uma rede teórica e instrumental complexa sobre a realidade.

Por último, pode-se até dizer, conforme Heidegger (1938/2001), que a técnica está no coração da ciência moderna, que tem por objetivo o controle e a manipulação da natureza, e daí a necessidade da medida ou quantificação, expressa em equações matemáticas. Nesse sentido, pode-se questionar, de um ponto de vista ético ou de avaliação de uma forma de vida, o impacto que a supremacia desse tipo de olhar ou comportamento humano tem sobre a vida, questão da qual não nos ocupamos aqui. O que não se pode é confundir a *montagem intelectual* da experiência científica, da qual a medida fará parte, com método quantitativo, o que seria tomar uma parte pelo todo. O método, como procuramos destacar, é muito mais da ordem da *imaginação e invenção da experiência* do que da quantificação de suas variáveis, atrelada àquelas.

Vale, aqui, a anedota contada por Popper (1963/1994), de que ele teria iniciado uma conferência em Viena demandando aos estudantes de física que tomassem às mãos lápis e papel, que observassem cuidadosamente e anotassem suas observações. Os estudantes, naturalmente,

perguntaram o que ele queria que eles observassem. Afinal, observar para quê, com qual objetivo? Ora, o mesmo vale para a quantificação e a medida: *sem um princípio de seleção e articulação* não nos leva a lugar algum. Ou, no caso da observação, a falta disso pode levar à mística, ou à experiência do sublime, conforme Kant, ou à direção do solo primordial de nossa experiência pré-reflexiva de mundo, isto é, ao campo transcendental de sentidos, conforme a fenomenologia, ou ao campo transcendental das forças e intensidades, como destacam as filosofias de Nietzsche e Deleuze.

Mas isso, por mais importante que seja, não é fazer ciência. A ciência será sempre um plano (limitado) de compreensão da realidade, construído a partir de um princípio de seleção e articulação de variáveis do qual a quantificação poderá fazer parte. A matematização da natureza até mesmo poderá ser o objetivo do conhecimento, que pode representar um princípio bastante redutor de conhecimento que se mostrou poderoso para manipular ou controlar a realidade (o princípio da técnica, como adiantamos com Heidegger), mas a quantificação só pode ser considerada como método tanto quanto o pode a observação, isto é, *não pode*, enquanto não se submeter a ou não se inserir em um plano de construção do conhecimento, ou seja, enquanto não justificar a elaboração de um método com hipóteses sobre a realidade.

Ora, uma vez suspeita a pertinência da noção de método quantitativo para designar a metodologia científica (note-se que tomamos um dos modelos mais bem estabelecidos de ciência – a física), o mesmo ocorre com a noção de método qualitativo, cuja denominação só tem sentido em contraposição àquela. Afinal, o método qualitativo só é enquanto contraposição ou crítica ao método quantitativo, isto é, de que a quantificação não é suficiente para compreender ou explicar um fenômeno, mas isso é o que acabamos de ver.

Podemos ilustrar esse ponto através do prefácio que Ginzburg (1976/2006) escreveu para a edição italiana de sua obra *O queijo e os vermes*, na qual ele pesquisa o cotidiano da vida de um moleiro chamado Menocchio, que viveu no século XVI, no norte da Itália, e cujas ideias foram alvo da Inquisição. Ginzburg trabalha com a documentação que a Inquisição produziu sobre ele e justifica sua pesquisa através de várias discussões teóricas e metodológicas sempre interligadas. Vale notar que o autor não pretende negar ou se contrapor à dicotomia entre pesquisa quantitativa e qualitativa, que é o que pretendemos, embora o seu resultado nos pareça exatamente esse. Para os nossos propósitos, iniciamos com a passagem na qual ele se utiliza da metáfora do computador para identificar o espírito da pesquisa quantitativa:

Com isso não estamos querendo contrapor as pesquisas qualitativas às quantitativas. Simplesmente queremos frisar que, no que toca às classes subalternas, o rigor demonstrado pelas pesquisas quantitativas não pode deixar de lado (se quisermos,

não pode ainda deixar de lado) o tão deplorado impressionismo das qualitativas. O chiste de E.P. Thompson sobre o ‘grosseiro e insistente impressionismo do computador que repete *ad nauseam* um único elemento, passando por cima de todos os dados documentais para os quais não foi programado’, é literalmente verdadeiro, já que o computador, como é óbvio, não pensa, mas executa ordens. Por outro lado, só uma série de pesquisas particulares, de grande fôlego, pode permitir a elaboração de um programa articulado, a ser submetido ao computador. (p. 21)

O exemplo parece bastante ilustrativo de nossa discussão, afinal, alguém tem que pensar, como o programador do computador que, como finaliza Ginzburg, tem que ser capaz de destacar e articular os dados significativos para a questão investigada, o que por sua vez implica uma teoria e uma hipótese sobre a realidade (tal como fizeram Galileu e Torricelli, conforme citamos com Kant). O programador, podemos acrescentar, deve ser capaz, inclusive, de reprogramar o computador se o encontro com a realidade assim o exigir, quantas vezes parecerem necessárias, o que outros pesquisadores, na mesma linha de pesquisa, também devem fazer para evitar o risco de “impressionismo” do computador ou, poderíamos dizer, de seu “subjectivismo”. Inversão curiosa ou inabitual dos termos, mas que de fato aponta que por trás da rigidez de uma concepção há a presença exagerada de determinada forma de olhar e conceber a realidade.

Dessa citação, também interessa destacar o significado do “tão deplorado impressionismo das qualitativas”, que, na verdade, em última instância significa *falta de fundamentação empírica*, ou *caráter especulativo sem a devida contrapartida empírica*. De modo que, com a hipótese de que o método qualitativo se contrapõe ao quantitativo sob a perspectiva de que a quantificação não basta para explicar um fenômeno, completa-se o que nos parece o fundo motivacional da querela entre método quantitativo ou qualitativo de pesquisa, no qual o “qualitativo” acusa no “quantitativo” insuficiência de “pensamento”, e o “quantitativo” acusa no “qualitativo”, ao contrário, seu “excesso” ou caráter demasiadamente especulativo. Ou seja, tudo não passa de uma discordância sobre o sentido do objeto ou da realidade investigada, que é o que tem que ser discutido do princípio ao fim da pesquisa, mas que se reifica, equivocadamente, através dos termos “qualitativo” e “quantitativo”. O referido trabalho de pesquisa de Ginzburg, além de investigante, é bem fundamentado empiricamente? É disso que se trata.

Em contrapartida, Ginzburg refere-se à história das ideias, que, segundo ele, tem feito amplos levantamentos quantitativos das ideias presentes em determinada época e lugar, mas que não costuma se perguntar sobre o uso efetivo que as camadas mais populares fazem desse material escrito, do qual o caso Menocchio será um exemplo bastante singular, pois ele não apenas lia textos mais eruditos,

como também os conjugava de forma original com sua tradição oral.

Note-se que a crítica que Ginzburg faz às pesquisas quantitativas na história das ideias não diz respeito, propriamente, aos procedimentos de quantificação, que, na verdade, estão presentes em toda e qualquer pesquisa empírica, de uma forma ou de outra. O próprio Ginzburg trabalha sobre um conjunto de documentos escritos pela Inquisição no caso Menocchio e outros escritos pelo próprio acusado. Os erros que Ginzburg destaca referem-se sempre a determinada concepção de realidade histórica, que, nesse caso, deve-se ao fato de a história das ideias não levar em consideração o papel do leitor em relação à palavra escrita.

No mesmo sentido, Ginzburg encaminha sua crítica à história das mentalidades, da qual Lucien Febvre é, para ele, um caso exemplar. A história das mentalidades pressupõe um espírito comum à época, subjacente à história das ideias, na medida em que incorpora em suas pesquisas hábitos e significados inconscientes, tendo um significado mais amplo ou mais próximo da realidade, da qual as ideias publicadas apenas são uma manifestação bastante incompleta ou particular. Mas, segundo Ginzburg, a história das mentalidades ainda pressupõe uma realidade homogênea a diferentes classes sociais, ocultando suas diferenças.

A noção de cultura popular, que é o objeto de sua pesquisa, ao menos evita essa extensão homogeneizante interclassista, e o próprio autor apressa-se em dizer que também não desconhece que o termo ainda é muito amplo e que há diferenças, por exemplo, entre o popular do campo e o da cidade. Os desafios são o acesso ao passado dessa cultura de caráter predominantemente oral, aos quais os antropólogos têm acesso quando estudam o presente, enquanto os historiadores não podem se transportar ao passado para presenciar a oralidade das culturas antigas. Mas as pesquisas historiográficas contornaram parcialmente esse problema, na medida em que passaram a ter acesso a publicações de caráter mais popular, como a literatura de cordel, o que ao menos representa um conjunto de ideias que circulavam entre as classes subalternas da população.

É nesse sentido que Ginzburg também descobre nos arquivos da Inquisição sobre Menocchio um material direto sobre a cultura popular da época. Naturalmente, Menocchio, na medida em que lê e escreve, não é manifestação de uma cultura popular pura, visto que é atravessado pelas ideias da elite letrada. Mas, para Ginzburg, isso não é propriamente um problema, pois para ele não se trata de isolar uma cultura da outra (popular e erudita), e sim compreender a circulação entre elas. Também não se trata de ignorar o contexto mais geral que seu caso evidencia, do qual se destacam a expansão da imprensa – que possibilitava um acesso mais fácil a materiais escritos – e o movimento da Reforma – que lhe estimularia a audácia para falar e expressar suas ideias religiosas. Também se deve notar que a Contrarreforma recrudesceu a repressão à liberdade de expressão, o que levou, por fim, Menocchio a ser queimado pela Inquisição.

Ora, nenhuma dessas questões diz respeito, em si mesmas, à quantificação, que só é questionada por Ginzburg no que pressupõe como teoria histórica, mais especificamente, no que lhe *falta* considerar do ponto de vista teórico sobre a realidade. É o que importa discutir, e é o que procura fazer Ginzburg no seu prefácio, de modo que os termos “quantitativo” ou “qualitativo” usados para designar o método de pesquisa podem ser vistos como uma reificação de concepções teóricas e epistemológicas, cujas discussões são abandonadas. São como restos arqueológicos tomados *per si*, separados do pensamento vivo do qual participavam, com suas hesitações e apostas, suscetíveis de abandono ou desenvolvimento. O que significa que o que se encontra em jogo na utilização ou abandono dos termos quantitativo ou qualitativo nos projetos de pesquisa é a prerrogativa do pensamento morto ou vivo, quer dizer, qual ênfase será privilegiada na pesquisa: se a técnica, tomada como método, ou se o método, sempre atento à lógica de sua articulação com a questão.

Em síntese, todo dado empírico é sempre uma construção em função da questão que o destaca e que, portanto, também não dispensa a singularidade do olhar e pensamento do pesquisador (como nos exemplos de Galileu e Torricelli, citados por Kant, ou do programador do computador, citado por Ginzburg). Ou, como destaca Lenclud (1991) a respeito do método etnográfico, e que para nós também vale para as ciências naturais e humanas de forma geral, o documento etnográfico “é ‘criado’ pela *interrogação* que o suscitou e pela *operação* que o isolou de uma prática para promovê-lo em instrumento de conhecimento” (p. 475, grifos nossos). O que, naturalmente, também se aplica aos dados de medidas e análises estatísticas em pesquisas empíricas nas ciências humanas, que podem ser importantes meios de investigação da realidade, desde que o pesquisador não se deixe seduzir por sua aparência de objetividade (Boudon & Bourriau, 2011), pois o que importa é *discutir a pertinência e o alcance ou os limites* dos dados relacionados à questão que se procura responder. Por isso o método não se reduz a uma técnica de quantificação, o que leva Boudon e Bourriau (2011) a destacarem que o método é, por excelência, “explicação de texto” (p. 369), isto é, discussão e justificação dos procedimentos para encaminhar a questão investigada.

Uma concepção de pensamento

Outra maneira de abordar a questão da divisão entre método quantitativo e qualitativo de pesquisa nas ciências humanas, em particular na psicologia, é destacar o que nos parece um recuo geral da atividade de pensar. Então nos damos conta de que o problema do qual tratamos é mais amplo do que a simples divisão entre método qualitativo ou quantitativo de pesquisa, pois situação análoga pode se passar com qualquer denominação teórica ou ideológica de método acrescida à pesquisa, como, por exemplo, o de método “positivista” (atualmente, em geral empregado por seus críticos, isto é, à pesquisa dos outros),

“fenomenológico”, “marxista”, “psicanalítico” etc., seja lá o que isso tudo possa significar do ponto de vista metodológico, dada a grande generalidade de cada uma dessas perspectivas, inclusive a diversidade de perspectivas no seio de cada uma delas, e muitas vezes na história do pensamento de um mesmo autor. De modo que, se não bastasse possíveis reações identitárias à contraposição da divisão estabelecida entre método quantitativo e qualitativo de pesquisa, acrescentamos, aqui, o risco da resistência por parte daqueles que identificam suas pesquisas a alguma corrente de pensamento.

Gostaríamos de convencê-los, ou ao menos convidá-los, a pensar que tais identificações, mais do que promotoras de boas experiências de pesquisa, podem ser uma forma de lhes cercear o pensamento. Ora, se às questões da divisão entre método quantitativo e qualitativo de pesquisa acrescentamos as questões referentes às designações teóricas ou ideológicas do método, é porque elas nos parecem outra versão do mesmo problema. Afinal, o que se espera com tais afirmações? Sobrepor à questão ou ao problema uma determinada abordagem de sentido que, é importante frisar, não oferece sequer a garantia de um uso apropriado, dada sua grande generalidade?

Não significa, *em absoluto*, que tais abordagens de pesquisa não possam ser valiosas ou estar presentes no pensamento da questão. Vale frisar: ninguém entra vazio num projeto de pesquisa, ou, toda pesquisa traz determinada perspectiva teórica ou de olhar (cf. Furlan, 2008), assim como método e perspectiva teórica se constroem juntos, conforme destacamos. Mas não nos parece de modo algum adequado confundir a generalidade de uma perspectiva teórica com a precisão ou delimitação de um procedimento metodológico que toda pesquisa empírica deve ter. De modo que, se inicialmente aproximamos método e teoria, gostaríamos, agora, de lhes precisar uma distinção que nos parece essencial para realizar uma pesquisa empírica. A saber, um método pressupõe *controle de procedimentos*, conforme os exemplos de Galileu e Torricelli citados por Kant em seu prefácio para a *Critica da razão pura*, ou os exemplos que demos do método da hipnose ou da livre associação de ideias na psicanálise. Um método, pois, pode se *aplicar à realidade*.

Ora, uma perspectiva teórica é uma maneira de investigar a realidade que se confunde com o “olhar” do ou com o próprio pesquisador. Dito de outro modo, estrito senso, não se pode aplicar o marxismo, a psicanálise, a fenomenologia, o construtivismo, o socioconstrutivismo, a esquizoanálise ou qualquer outra corrente de pensamento a uma pesquisa empírica, embora se possa “ser” marxista, psicanalista, fenomenólogo, construtivista, socioconstrutivista, esquizoanalítico etc. na investigação da realidade, e então empregar, conforme tais escolas de pensamento, procedimentos ou métodos considerados adequados à pesquisa da realidade. Na verdade, em geral somos uma “mistura” de perspectivas teóricas, quase tão difícil de destrinchar, parafraseando Descartes, quanto a união substancial do “corpo e da alma”, o que não significa que não

haja aí estrelas de diferentes grandezas, como diz Merleau-Ponty a respeito da importância dos outros na formação de nossas subjetividades (1964).

Mas, o que não se deve é confundir grandes perspectivas teóricas, que por definição são abertas, mesmo tendo um delineamento que as distinga das outras, com a aplicação de um método que por definição deve ser preciso (e “preciso” não significa estático, que não possa sofrer ajustes ou demandar outros tipos de procedimentos). Um psicanalista, por exemplo, há de encontrar procedimentos metodológicos que propiciem em seu “objeto” de estudo a emergência de sentidos inconscientes sob o sintoma vivido por seus portadores. Que procedimentos serão esses? Cabe à imaginação do pesquisador desenvolvê-los, tal como Freud com a livre associação de ideias no divã, de acordo com seus pressupostos teóricos. E cada corrente psicanalítica pode delinejar um procedimento ou outro conforme sua especificidade em relação às demais (exemplo: determinados jogos ou brincadeiras para uma psicanálise das crianças). Um marxista há de encontrar procedimentos que possam trazer à luz contradições sociais na produção da realidade humana sob o discurso ou o sentido manifesto dos fatos e conforme sua especificidade em relação a outras correntes do marxismo. Um fenomenólogo, procedimentos que favoreçam o destaque de sentidos e sua descrição despidos de toda teoria prévia, conforme o “método da epoché” (suspensão dos juízos) preconizado por Husserl.

Ora, a radicalidade da proposta fenomenológica, que pretende se colocar aquém de toda teoria ou concepção prévia de realidade, parece-nos privilegiada para nos colocar no cerne do ponto em discussão, pois, afinal, tal suspensão de juízos é possível? Ou, em que medida essa suspensão de juízos é possível? Por que será que a fenomenologia, como diz Merleau-Ponty (1945/1994) no prefácio à *Fenomenologia da percepção*, é reconhecida antes por um estilo ou movimento incoativo de pensamento do que por “uma doutrina ou um sistema”? (p. 20). Que método é esse, além da prescrição geral de descrever o sentido percebido, ao invés de explicá-lo segundo teses admitidas sobre a realidade?

Conforme o sentido principal que Merleau-Ponty (1945/1994) nos ensina na mesma obra, pode-se dizer que, ainda que fosse possível suspender todas as nossas teses, conforme os preceitos de Husserl, bastará um só movimento para dizer o sentido do que vemos ou percebemos que estaremos inelutavelmente no campo implícito dos sentidos que temos do mundo, e por isso a tal redução fenomenológica é um processo sem fim. Não é preciso ser merleau-pontiano para abraçar essa tese, autor que, por sinal, não abria mão da *mediação* das pesquisas das ciências para desvelar o sentido da realidade (para realizar sua própria fenomenologia, portanto), ou seja, autor que não abria mão de pesquisas que *iam além* do preceito da simples descrição dos fenômenos e que adiantavam hipóteses e modelos sobre a realidade.

Basta notar, conforme adiantamos, trabalhos e perspectivas de pensamento dos diferentes autores da

corrente fenomenológica para se convencer de que tal generalidade terminológica não é aplicável *tout court*, o que também vale para a psicanálise, o marxismo ou qualquer outra corrente teórica ou ideológica de pensamento⁴, pois não é possível se afastar dos sentidos implícitos que temos do mundo tal como se tira uma camisa e se coloca outra, ou se substitui a lente dos óculos por outra, como se costuma dizer a respeito das correntes de pensamento que usamos para pensar a realidade, porque é do próprio corpo ou do próprio olho que se trata. Se se quiser, admitamos a existência de duas definições de método, uma mais geral (teórica ou ideológica), como *maneira ou estilo de pensar*, isto é, *de selecionar e relacionar* variáveis à luz da perspectiva teórica, e outra mais específica, que justifica e define com precisão seus procedimentos, e onde se joga pontualmente a sorte de uma pesquisa (quantas pesquisas com resultados surpreendentes não se definiram simplesmente pela genialidade do pesquisador na montagem de um experimento!), sem nunca perder de vista sua relação intrínseca com a teorização da realidade, isto é, o jogo instável ou dialético⁵ de suas determinações recíprocas.

Ora, para efeito de clareza, reservamos para essa última concepção a denominação de método da pesquisa, propriamente dito, pois é com ela que se encaminhará *concretamente* o desenvolvimento da questão a ser pesquisada, isto é, os procedimentos técnicos ou práticos através dos quais se procura responder à questão da pesquisa: entrevistas, observações, procedimentos estatísticos etc., em seus diferentes modos e situações. E se reservarmos a denominação de método ao *encaminhamento* dos procedimentos concretos da pesquisa que podem ser controlados no enfrentamento de sua questão, o que, por si só explode a divisão binária entre método quantitativo ou qualitativo de pesquisa, em absoluto se pode compreender o método como técnica, porque, conforme desenvolvemos ao longo deste trabalho, o pensamento encontra-se sempre na relação instável ou dialética entre tais procedimentos e o campo teórico no qual se situam.

Esse é o ponto que queremos destacar: a necessidade de evitar o risco de esvaziamento da discussão teórica implícita em todo procedimento metodológico. Dito de outra forma, um método nunca está pronto, e por isso não é uma simples técnica, muito pelo contrário, o uso de uma técnica se justifica *no* método, assim como faz parte do método a sua justificação na pesquisa, conforme suas hipóteses sobre a realidade.

Para finalizar esse ponto sobre a herança teórico-metodológica a partir da qual pensamos a realidade, cremos que vale a pena uma citação mais longa do que

⁴ Por ideologia significamos um conjunto coerente de ideias de explicação ou compreensão de mundo.

⁵ Por dialética significamos, com Merleau-Ponty (1964, pp. 124-128), o pensamento instável em contato com o ser: “a dialética instável, no sentido que os químicos dão à palavra . . . Uma das tarefas da dialética, como pensamento de situação, pensamento em contato com o ser, é sacudir as falsas evidências, denunciar as significações cortadas da experiência do ser, esvaziadas, e se criticar a si mesma na medida em que se torna uma delas . . . É-lhe essencial ser autocritica” (p. 124).

Merleau-Ponty (1960/1984) diz a respeito da sua herança do pensamento de Husserl, e que, para nós, vale também para todos os pensamentos clássicos das ciências humanas, que ora citamos neste trabalho:

A tradição é esquecimento das origens, dizia o último Husserl. Justamente por lhe devermos muito, estamos incapacitados para apreciar com justeza o que é seu. Diante de um filósofo, cujo empreendimento despertou tantos ecos, e aparentemente muito afastado do ponto onde ele próprio permanecia, toda comemoração é também traição . . . Porém, tais dificuldades, que são as da comunicação entre os ‘egos’, eram bem conhecidas por Husserl, que não nos deixa desamparados diante delas. Eu me empresto ao outro, eu o faço com meus próprios pensamentos: não se trata de um fracasso na percepção do outro, mas, justamente, da percepção do outro. Não o esmagaríamos com nossos comentários importunos, não o reduziríamos avaramente ao que é atestado objetivamente como sendo dele, se de início ele não estivesse ali para nós, sem dúvida, não com a evidência frontal de uma coisa, mas instalado transversalmente em nosso pensamento, detentor em nós, como outro-nós-próprios, de uma região que lhe pertence exclusivamente. (p. 239)

Para então completar, na sequência, que é impossível, mesmo de direito, repartir a cada momento o que é do pensamento de cada um:

Aquele que acredita que a interpretação está restrinuida ou a deformar ou a retomar literalmente a significação de uma obra, na verdade, deseja que tal significação seja completamente positiva e suscetível, de direito, de um inventário capaz de delimitar o que está e o que não está nela. Quem acreditar nisso engana-se sobre a obra e sobre o pensar. (p. 241)

Naturalmente, uma pesquisa empírica não é um comentário de uma obra, mas, quando pretende se servir dela como princípio teórico-metodológico, encontra-se sujeita ao mesmo tipo de diálogo ao qual se refere Merleau-Ponty a respeito do pensamento filosófico. E por isso, conforme viemos desenvolvendo, não é possível propriamente aplicá-la como método, simplesmente porque a teoria não é um objeto para o nosso pensamento, uma ideia que podemos manipular e ajustar à realidade, tal como nossos procedimentos empíricos de pesquisa. Ou seja, ela se encontra mais em nós (transversalmente, conforme a citação) e de forma “confusa” (cf. Merleau-Ponty, 1951/1991), isto é, em comunicação com outras obras, do que diante de nós e passível de manipulação.

Mas isso tudo é apenas o aspecto formal de nossa questão, que não suporta, pois, no nosso entender, nem a generalidade vazia dos termos “quantitativo” ou “qualitativo”

(que pouco significado têm), nem a concepção de um método cujos procedimentos não podem ser definidos e *controlados*, no caso das correntes teóricas ou ideológicas. É apenas o aspecto formal, porque o que importa numa pesquisa, em primeiro lugar, é pensar com liberdade ou abertura de espírito a questão a ser pesquisada, o que não deve ser confundido com falta de rigor teórico e empírico que devem estar presentes em toda pesquisa; muito pelo contrário, esse rigor deve ser consequência da liberdade e abertura de espírito, do respeito à singularidade e à complexidade de qualquer fenômeno.

Muitas são as perspectivas⁶ possíveis para desenvolver uma questão, mas seja ela qual for, deve estar a serviço do exercício do pensamento em sua investigação. Ou seja, perspectivas teórico-metodológicas prévias não devem subjuguar o pensamento, o que seria seu enclausuramento no pensamento do outro que efetivamente pensou para elaborar um problema. Que não se subestime, com essa afirmação, a grande importância que tem a leitura dos clássicos para o pensamento da realidade e a realização das pesquisas em ciências humanas⁷.

Em geral, as perspectivas teórico-metodológicas, considerados os questionamentos e as ressalvas anteriores sobre sua identidade e seu uso, aparecem *imanentes* à pesquisa, como força de abertura e apreensão de sentido de mundo, na sua capacidade analítica de desenvolvimento da questão, e não como etiquetas coladas ao lado da apresentação do método (aliás, quantos trabalhos não trairam na forma e no conteúdo a perspectiva teórico-metodológica que prometeram, o que mostra simplesmente, conforme afirmamos, que isso não se aplica *tout court*).

Em outros termos, pode-se “ser” marxista, psicanalista, fenomenólogo, foucaultiano, socioconstrutivista, esquizoanalítico etc., ou, *preferimos dizer*, somos um estilo ou determinada maneira de perceber, sentir e dizer a realidade, mas isso deve favorecer a abertura, e não o fechamento de nossa experiência de mundo. De fato, já nos parece um dado a importância da linguagem na forma de percepção do mundo. Nesse sentido, como destaca Feyerabend (1977), “a linguagem e os padrões de reação que envolvem não constituem meros instrumentos para *descrever* eventos (fatos, estados de coisas), mas são, também, modeladores de eventos (fatos, estados de coisas)” (p. 349). No caso específico da ciência, é o que Kuhn (1962/2009) chamou de paradigma, e Deleuze e Guattari (1991) chamaram de observadores parciais ou científicos, para frisarem a ligação intrínseca entre percepção e linguagem, ou entre determinada forma de sensibilidade e elaboração científica de mundo. *Mas*, o que importa é que essa sensibilidade também seja suficientemente aberta para não ser subjugada pela determinação dos conceitos, e vice-versa, conceitos suficientemente abertos para não serem

⁶ “Perspectiva” significa concentração de olhar em determinada direção, donde vem a sua força de desenvolvimento de sentido, mas também sua limitação – de qualquer forma, o que seria um olhar sem perspectiva alguma?

⁷ Conferir, nesse sentido, Furlan (2012, p. 212).

subjugados por determinados padrões de percepção, pois então o pensamento perderá sua força ou capacidade de exploração.

Isso significa que não se deve dar prioridade a uma dessas faculdades (perceber, sentir e dizer), tampouco considerá-las separadas na formação do conhecimento, pois elas se cruzam e se constituem reciprocamente. Mais precisamente, o importante é não conceber a comunicação entre essas faculdades apenas do ponto de vista de sua concordância no processo de conhecimento, mas também de sua tensão ou discordância que nos desafiam a novos arranjos entre nossa linguagem e percepção de mundo, ou, simplesmente, que nos desafiam a pensar.

Em síntese, além de expor e justificar os procedimentos metodológicos concretos através dos quais se pretende enfrentar a questão, o que já traz muitas implicações teóricas a respeito da realidade, afirmar que o método é quantitativo, qualitativo, marxista, psicanalítico, esquizoanalítico, fenomenológico, socioconstrutivista etc. não vai acrescentar em nada do ponto de vista epistemológico, seja pelo significado vazio dos termos “quantitativo” e “qualitativo”, seja pela generalidade incontrolável dos termos das correntes teóricas ou ideológicas, além de colocar em risco a liberdade ou o exercício pleno da atividade de pensamento na pesquisa.

Na pior das hipóteses, tais denominações visam a proteger as pesquisas de suas fragilidades, como se os dois primeiros termos representassem opções metodológicas que devessem ser respeitadas (e não devem) e os demais convocassem a autoridade de aliados imaginários para surpreender suas próprias deficiências, como se, lendo tais pesquisas, devéssemos também supor o que escreveram Marx, Freud, Husserl, Foucault, Piaget, Vygotsky etc. (isso quando tais denominações metodológicas não cumprem apenas o protocolo imposto por certa tradição acadêmica de fazer ciência).

Chega a ser curiosa, nesse sentido, a necessidade que às vezes se tem de dar um nome ao que se está fazendo, questão que abre, naturalmente, para uma reflexão muito mais ampla do que os limites deste artigo. A despeito disso, gostaríamos de destacá-la como possibilidade de um sintoma de recuo do pensamento ou de evitação da necessidade de pensar⁸ – nesse caso, do recuo da necessidade de *justificar bem* o método na sua *relação tensa ou dialética com a questão pesquisada* (sua pertinência, alcances e limites). Como um subterfúgio, pois, para se desembaraçar de um problema incômodo.

⁸ Encontramos em Proust (1913/1987) um paralelo interessante com essa questão, quando, recordando sua infância, ele diz que, após muitas horas de leitura, saía para passear, e estando seu corpo excitado com muitas ideias, emitia golpes ao entorno com seu guarda-chuva ou bengala, soltando “gritos alegres, que não passavam, uns e outros, de idéias confusas” que o “exaltavam e ainda não haviam alcançado o repouso da plena claridade, preferindo, a um lento e penoso esclarecimento, o prazer de uma derivação mais fácil para um escape imediato”. Para completar: “A maioria dessas pretensas traduções de nossos sentimentos não consegue mais que *desembarrasar-nos* deles, fazendo-os sair de nós sob uma forma indistinta que não nos ensina a conhecê-los” (pp. 152-153, grifos nossos).

Enfim, e conforme iniciamos este artigo, com a exclusão dos termos “quantitativo” ou “qualitativo” ou dos termos de “correntes teóricas” ou “ideológicas”, propomos uma limpeza ou economia *terminológica* na denominação dos métodos de pesquisa, tanto em obediência

ao sentido da atividade científica quanto para não perder o foco naquilo que interessa, o que deve agudizar a necessidade de justificação do método em toda pesquisa. Uma economia, portanto, que aumente a clareza e necessidade de pensar.

Reflections on method in human sciences: quantitative or qualitative, theories and ideologies

Abstract: The goal of this study is to deconstruct the meanings of the terms “quantitative” and “qualitative”, usually used to characterize scientific research method, or to try to undo what seems to be a mistake: the denomination and division of quantitative or qualitative research methods. We consider that this division confuses and impoverishes the conception of knowledge or science. There are many methodological questions so plural, conflicting or not, according to the meaning of the investigated reality which, after all, is what should be discussed from the beginning to the end of the research. We add the theoretical or ideological designation of method to this discussion that for us represents another version of the same problem. To accomplish this goal, we discuss a view of science and a conception of thought.

Keywords: methodologies, science, human sciences, quantitative research, qualitative research.

Réflexions sur la méthode dans les sciences humaines : quantitative ou qualitative, théories et idéologies

Résumé: L'objectif de ce travail est de déconstruire les termes quantitatifs et qualitatifs utilisés pour caractériser la méthode de recherche scientifique, ou d'essayer de défaire ce qui nous semble être une erreur: la dénomination et division de la méthode de recherche quantitative ou qualitative, ce que, à notre avis, mystifie et appauvrit la conception de la connaissance ou de la science. Il y a beaucoup de questions méthodologiques, tellement plurielles, contradictoires ou non, en fonction du sens de la réalité de l'enquête, ce qui est en fait ce qui doit être discuté, du début à la fin de la recherche. Nous ajoutons à cette discussion, la désignation théorique ou idéologique de la méthode, qui pour nous représente une autre version du même problème. Pour atteindre cet objectif, nous discutons une certaine image de la science et conception de la pensée.

Mots-clés: méthodologies, science, sciences humaines, recherche quantitative, recherche qualitative.

Reflexiones sobre el método en las humanidades: cuantitativo o cualitativo, teorías e ideologías

Resumen: El objetivo de este trabajo es deconstruir los términos cuantitativos y cualitativos utilizados para caracterizar lo método de investigación científica, o intentar deshacer lo que nos parece un equívoco: la denominación y división de método de investigación cuantitativa o cualitativa, que a nosotros misticifica y empobrece la concepción de conocimiento o ciencia. Hay muchas cuestiones metodológicas, tan plurales, conflictivas o no, dependiendo del sentido de la realidad investigada, que en definitiva es lo que tiene que ser discutido, desde el principio hasta el final de la investigación. Añadimos a esta discusión la designación teórica o ideológica de método, que para nosotros representa otra versión del mismo problema. Para lograr este objetivo, discutiremos una cierta imagen de ciencia y concepción de pensamiento.

Palabras-clave: metodologías, ciencia, ciencias humanas, investigación cuantitativa, investigación cualitativa.

Referências

- Bachelard, G. (1985). *O novo espírito científico* (2a ed., J. Hahne Júnior, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro. (Trabalho original publicado em 1934)
- Boudon, R., & Bourriaud, F. (2011). Méthodologie. In *Dictionnaire critique de la sociologie* (7a ed, pp. 369-374). Paris, France: Quadrige/Puf.
- Chalmers, A. (2000). *O que é ciência, afinal?* (2a ed., Raul Fiker, trad.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1991). *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris, France : Les Éditions de Minuit.
- Feyerabend, P. (1977). *Contra o método* (O. S. Mota & L. Hegenberg, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Furlan, R. (2008). A questão do método na psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 25-33.
- Furlan, R. (2012). Uma experiência filosófica de um curso de Psicologia. In M. H. S. Patto (Org.), *Formação de*

- psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia (pp. 203-221). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Ginzburg, C. (2006). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (8a ed., M. B. Amoroso & J. P. Paes, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1976)
- Heidegger, M. (2001). L'époque des conceptions du monde. In *Chemins qui ne mènent nulle part* (Nouvelle édition, Wolfgang Brokmeier, trad., pp. 99-146). Paris, France: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1938)
- Kant, I. (1989). *Critica da razão pura* (2a ed., M. P. Santos & A. F. Morujão, trad.). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1781)
- Kuhn, T. (2009). *A estrutura das revoluções científicas* (9a ed., B. V. Boeira & N. Boeira, trad.). São Paulo, SP: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1962)
- Latour, B. & Woolgar, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos* (A. R. Vianna, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumara. (Trabalho original publicado em 1979)
- Lenclud, G. (1991). Méthode ethnographique. In P. Bonte & M. Izard (Orgs.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie* (pp. 470-476). Paris, France: Quadrige/Puf.
- Merleau-Ponty, M. (1964). *Le visible et l'invisible*. Paris, France: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1984). O filósofo e sua sombra. In M. S. Chauí (Org.), *Merleau-Ponty* (Os Pensadores, 2a ed., M. S. Chauí, trad., pp. 239-260). São Paulo, SP: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1960)
- Merleau-Ponty, M. (1988). *Merleau-Ponty à la Sorbonne – Résumés de Cours – 1949-1952*. Dijon-Quetigny, France: Cynara. (Cursos proferidos em 1949-1952)
- Merleau-Ponty, M. (1991). O homem e a adversidade. In *Signos* (M. E. G. G. Pereira, trad., pp. 253-275). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1951)
- Merleau-Ponty, M. (1994). *Fenomenologia da percepção* (C. A. de Moura, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1945)
- Popper, K. (1994). *Conjecturas e refutações* (S. Bath, trad., 3a ed.). Brasília, DF: UnB. (Trabalho original publicado em 1963)
- Proust, M. (1987). *No caminho de Swann* (M. Quintana, trad., 11a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Globo. (Trabalho original publicado em 1913)

Recebido: 10/09/2015

Revisado: 15/01/2016

27/04/2016

Aprovado: 09/05/2016